



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

## Projeto de Lei 013 /2002

Súmula: Institui o Regime de Adiantamentos, estabelece normas para o pagamento de pequenas despesas no Município de Carambeí e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carambeí, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

### LEI

**Artigo 1º** - Fica instituído o Regime de Adiantamentos para a realização, em casos excepcionais, de despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação e, exclusivamente, para o atendimento dos seguintes casos e circunstâncias:

- I - aquisição de material de consumo;
- II - pagamento de pequenos reparos e serviços;
- III - aquisição de combustível, quando em deslocamento fora do Município.

**§ Único:** O regime de adiantamento de que trata este artigo aplica-se apenas à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e à Secretaria Municipal de Saúde.

**Artigo 2º** - A efetivação do procedimento de adiantamento far-se-á mediante o repasse de numerário a servidor previamente credenciado perante a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio de depósito em conta corrente específica para tal fim, precedido de empenho na dotação orçamentária própria.

**Parágrafo Único:** Não se fará adiantamento a servidor "em alcance" nem a responsável por dois adiantamentos.

**Artigo 3º** - O valor do adiantamento referido nesta lei é de até (três) salários mínimos vigentes no país.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

---

**Parágrafo Único:** O valor máximo por despesa efetuada por meio de recursos de adiantamento não poderá ultrapassar a 5% ( cinco por cento) do valor mínimo para licitação de compras e serviços.

**Artigo 4º** - A prestação de contas do responsável por recursos financeiros decorrentes de adiantamentos será efetuada até o 25º ( vigésimo quinto) dia de cada mês.

**Artigo 5º** - O Prefeito Municipal baixará os atos necessários à regulamentação do Regime de Adiantamentos.

**Artigo 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência em 22 de Março de 2002

*N. S. P. R.*  
**NORMA SUELI PEREIRA RODRIGUES**  
**PRESIDENTE**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.G.C. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042) 231-1866 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

## PROJETO DE LEI Nº 013/2002

CAMARA MUNICIPAL  
Secretaria

Protocolado sob Nº 013/2002  
Em 19 de Setembro de 2002

**SÚMULA:** Institui o Regime de Adiantamentos, estabelece normas para o pagamento de pequenas despesas no Município de Carambeí e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carambeí, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

## LEI

**Artigo 1º** - Fica instituído o Regime de Adiantamentos para a realização, em casos excepcionais, de despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação e, exclusivamente, para o atendimento dos seguintes casos e circunstâncias:

- I – aquisição de material de consumo;
- II – pagamento de pequenos reparos e serviços;
- III – aquisição de combustível, quando em deslocamento fora do Município.

**Artigo 2º** - A efetivação do procedimento de adiantamento far-se-á mediante o repasse de numerário a servidor previamente credenciado perante a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio de depósito em conta corrente específica para tal fim, precedido de empenho na dotação orçamentária própria.

Parágrafo Único: Não se fará adiantamento a servidor “em alcance” nem a responsável por dois adiantamentos.

**Artigo 3º** - O valor do adiantamento referido nesta lei é de até (seis) salários mínimos vigentes no país.

Parágrafo Único: O valor máximo por despesa efetuada por meio de recursos de adiantamento não poderá ultrapassar a 5% (cinco por cento) do valor mínimo para licitação de compras e serviços.

PRIMEIRA VOTAÇÃO  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
Em 19 de março de 2002

SEGUNDA VOTAÇÃO  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
Em 21 de Março de 2002



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ**

C.G.C. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042) 231-1866 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

**Artigo 4º** - A prestação de contas do responsável por recursos financeiros decorrentes de adiantamentos será efetuada até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês.

**Artigo 5º** - O Prefeito Municipal baixará os atos necessários à regulamentação do Regime de Adiantamentos.

**Artigo 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ,**

**EM 18 DE FEVEREIRO DE 2002.**

  
**ALCIPEDROSO DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Comissão de Justiça e Redação

Parecer ao projeto de lei nº 013/2002

Senhora presidente,

Quer o presente Projeto de Lei instituir o Regime de Adiantamentos, estabelecer normas para o pagamento de pequenas despesas no Município de Carambeí.

A Comissão, através de parecer prévio, pediu que o Projeto fosse enviado à Assessoria Jurídica da Casa para que se processasse um Parecer Jurídico.

Segundo o Parecer Jurídico, o Projeto guarda princípios de ordem legal e constitucional, no entanto alertando para o cuidado de esmerado controle administrativo.

A Comissão concluiu que o projeto se encontra bom fundamento de legalidade e não atenta para os preceitos constitucionais.

Contudo, atendendo ainda o relatório do Parecer Jurídico, a Comissão apresenta uma emenda aditiva ao presente projeto. Acrescente-se ao artigo 1º o "Parágrafo único", com a seguinte redação:

**"O Regime de adiantamento de que trata este artigo aplica-se apenas à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e à Secretaria Municipal de Saúde".**

Ainda temos mais uma emenda modificativa, no artigo 3º onde lê-se seis salários mínimos, leia-se três salários mínimos.

Desta forma, com a emenda, somos de parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal em 18 de Março de 2002.

  
**PATRÍCIA KREMER**  
PRESIDENTE

  
**INÁCIO POVAZ FILHO**  
MEMBRO

  
**JUCELI RUTHS**  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

**Comissão de Justiça e Redação**

**Parecer ao projeto de lei nº 013/2002**

Senhora presidente,

Quer o presente Projeto de Lei instituir o Regime de Adiantamentos, estabelecer normas para o pagamento de pequenas despesas no Município de Carambeí.

A Comissão, através de parecer prévio, pediu que o Projeto fosse enviado à Assessoria Jurídica da Casa para que se processasse um Parecer Jurídico.

Segundo o Parecer Jurídico, o Projeto guarda princípios de ordem legal e constitucional, no entanto alertando para o cuidado de esmerado controle administrativo.

A Comissão concluiu que o projeto se encontra bom fundamento de legalidade e não atenta para os preceitos constitucionais.

Contudo, atendendo ainda o relatório do Parecer Jurídico, a Comissão apresenta uma emenda aditiva ao presente projeto. Acrescente-se ao artigo 1º o "Parágrafo único", com a seguinte redação:

**"O Regime de adiantamento de que trata este artigo aplica-se apenas à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e à Secretaria Municipal de Saúde".**

Ainda temos mais uma emenda modificativa, no artigo 3º onde lê-se seis salários mínimos, leia-se três salários mínimos.

Desta forma, com a emenda, somos de parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões da Câmara municipal em 18 de Março de 2002.

  
**PATRÍCIA KREMER**  
**PRESIDENTE**

  
**INÁCIO POVAZ FILHO**  
**MEMBRO**

  
**JUCELI RUTHS**  
**MEMBRO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

## Parecer Jurídico ao Projeto de lei nº 013/2002

Senhora Presidente.

Senhores Membros da Comissão de Justiça e Redação.

O presente projeto procura instituir Regime de Adiantamentos para casos excepcionais e de despesas que não necessitam de aplicação formal e de um processo jurídico - administrativo completo, na sua ordenação.

Tem assento a previsão buscada, na lei 4.320 de 17 de março de 1964, qual estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, quer da União, dos Estados, ou dos Municípios e do Distrito Federal.

Exemplo desta ordenação podemos encontrar no vizinho Município de Castro, que a conselho da Auditoria que lá se instalou, no ano próximo passado, adotou esta fórmula de distribuição de recursos a diversos setores.

Certamente que o presente projeto guarda princípios de ordem legal e constitucional, vez que a lei maior citada, federal, dispõe sobre a matéria.

No entanto, sobreleva considerar, que haverá necessidade de esmerado controle administrativo, para todos os servidores que recebam em contas individualizadas, os valores em adiantamento e para cobertura dos gastos pequenos e imediatos. Aquele servidor que estiver em falta com a prestação de contas, o que o projeto denomina "servidor em alcance", não poderá sobrepor nova retirada, enquanto não atenda a necessidade primeira das contas.

Acresce considerar que enquanto se vislumbra a hipótese de melhoria dos serviços, pela possibilidade pronta, de cada setor, efetivar gastos imediatos, poderá ocorrer efetiva descontinuidade, se os Senhores Servidores



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

## Parecer Jurídico ao Projeto de lei nº 013/2002

Senhora Presidente.

Senhores Membros da Comissão de Justiça e Redação.

O presente projeto procura instituir Regime de Adiantamentos para casos excepcionais e de despesas que não necessitam de aplicação formal e de um processo jurídico - administrativo completo, na sua ordenação.

Tem assento a previsão buscada, na lei 4.320 de 17 de março de 1964, qual estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, quer da União, dos Estados, ou dos Municípios e do Distrito Federal.

Exemplo desta ordenação podemos encontrar no vizinho Município de Castro, que a conselho da Auditoria que lá se instalou, no ano próximo passado, adotou esta fórmula de distribuição de recursos a diversos setores.

Certamente que o presente projeto guarda princípios de ordem legal e constitucional, vez que a lei maior citada, federal, dispõe sobre a matéria.

No entanto, sobreleva considerar, que haverá necessidade de esmerado controle administrativo, para todos os servidores que recebam em contas individualizadas, os valores em adiantamento e para cobertura dos gastos pequenos e imediatos. Aquele servidor que estiver em falta com a prestação de contas, o que o projeto denomina "servidor em alcance", não poderá sobrepor nova retirada, enquanto não atenda a necessidade primeira das contas.

Acresce considerar que enquanto se vislumbra a hipótese de melhoria dos serviços, pela possibilidade pronta, de cada setor, efetivar gastos imediatos, poderá ocorrer efetiva descontinuidade, se os Senhores Servidores





# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

---

contemplados não se houverem com absoluta presteza e seriedade no encargo de ajustar suas contas.

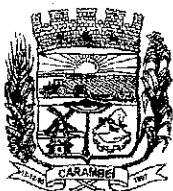
Esta Assessoria é pois de parecer que o projeto encontra bom fundamento de legalidade e não atenta para os preceitos constitucionais.

Contudo, como medida de prevenção, poderão os Senhores Membros da Comissão dotar o projeto de emenda modificativa ou aditiva, para acrescer no artigo 1º, o endereçamento a determinadas Secretarias - talvez aquela de Obras e a de Saúde, dada as circunstâncias e particularidades próprias. Se for avaliado, na extensão, que as contas se processem de forma regular e que o objetivo do projeto seja atendido, a Casa, por novo projeto, estenderá a outros e demais setores carentes da liberalidade.

É o parecer...

Sala da Assessoria, em 18 de março de 2002.

GILDO I.W. MACEDO.  
ASSESSOR JURÍDICO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

---

**Comissão de Justiça e Redação**

**Parecer ao projeto de lei nº 013/2002**

Senhora presidente,

Quer o presente Projeto instituir o Regime de Adiantamentos, estabelecer normas para o pagamento de pequenas despesas no Município de Carambeí e dá outras providências.

A Comissão após aprofundado estudo ao Projeto concluiu que este deverá ser enviado à Assessoria Jurídica da Casa para que se proceda um "Parecer Jurídico" avaliando principalmente a Constitucionalidade do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões da Câmara municipal em 22 de Fevereiro de 2002.



**PATRICIA KREMER**  
**PRESIDENTE**



**INÁCIO POVAZ FILHO**  
**MEMBRO**



**JUCELI RUTHS**  
**MEMBRO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

**Comissão de Justiça e Redação**

**Parecer ao projeto de lei nº 013/2002**

Senhora presidente,

Quer o presente Projeto instituir o Regime de Adiantamentos, estabelecer normas para o pagamento de pequenas despesas no Município de Carambeí e dá outras providências.

A Comissão após aprofundado estudo ao Projeto concluiu que este deverá ser enviado à Assessoria Jurídica da Casa para que se proceda um "Parecer Jurídico" avaliando principalmente a Constitucionalidade do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões da Câmara municipal em 22 de Fevereiro de 2002.

  
**PATRICIA KREMER**  
**PRESIDENTE**

  
**INACIO POVAZ FILHO**  
**MEMBRO**

  
**JUCELI RUTHS**  
**MEMBRO**